
PORTUGAL: EM DEFESA DE UMA NAÇÃO REBELDE

José Manuel Félix Ribeiro

PORTUGAL: EM DEFESA DE UMA NAÇÃO REBELDE

A — O SISTEMA EUROPEU (): DA ACTUALIDADE DAS NAÇÕES À PROBLEMATICA DA SUA DEFESA*

1. As nações europeias têm vindo a construir, sobre o legado da Segunda Guerra Mundial e do subsequente processo de descolonização, uma complexa teia de complementaridades, sem que por isso tenha diminuído o desejo de afirmação própria dumas em relação às outras. O que mudou profundamente foram as formas de intervenção dos Estados na defesa das respectivas nações e na procura de melhorias na sua posição relativa.

2. Os Estados europeus, para tornarem viável o sistema europeu no Mundo, têm vindo progressivamente a aceitar abdicar de quatro armas, de que tradicionalmente dispunham para responder aos desafios que se colocavam à posição relativa das nações:

- A guerra — enquanto forma extrema de competição estratégica;
- A utilização da moeda como instrumento primordial de competição económica externa;
- O protecçãoismo ao nível da circulação dos bens, dos serviços e dos capitais, como forma de defender a coesão produtiva nacional;
- O controlo estatal sobre a comunicação de massa, como forma de proteger a identidade linguística e cultural.

3. A estabilidade da relação de cooperação entre os estados europeus — limitados nos seus instrumentos de actuação — depende da forma

(*) Neste texto, Europa é entendida no sentido restrito de Europa Ocidental.

O texto que se segue é constituído por um conjunto de notas que serviram de base a uma exposição. Tem como objectivo sugerir direcções em que devemos *olhar*; de forma alguma responde à complexidade do que podemos vir a *ver* se olharmos em cada uma dessas direcções. É um documento de trabalho sujeito a variadas correcções no decurso de um necessariamente longo processo de reflexão.

determinante numa relação privilegiada de todos eles com os EUA, ao nível da segurança, e é sensível na sua solidez ao estado das relações estratégicas entre os EUA e a URSS e à evolução da competição geopolítica entre ambos. O sistema europeu actual é inviável fora de uma relação primordial com os EUA, e o colapso desta significaria a abertura duma crise geopolítica mundial, de consequências incalculáveis.

4. Vários factos simultâneos estão a pôr em causa — pelo menos potencialmente — a teia de equilíbrios e complementaridades pacientemente construídos nas últimas décadas entre as nações europeias. Entre esses factos, podemos destacar três:

- O surgimento duma nova geração de armas — armas convencionais «inteligentes» e sobretudo armas de energia dirigida — e a valorização exponencial dum novo nível de afirmação estratégico — o espaço — que, ao contrário das armas nucleares, simultaneamente abre a hipótese da igualização definitiva (a nível militar) das nações europeias vencedoras e vencidas na Segunda Guerra Mundial e exige a cooperação europeia para o seu desenvolvimento;
- O desenvolvimento dum novo ciclo de grandes e complementares inovações tecnológicas susceptíveis de, a médio prazo, proporcionarem uma nova vaga de crescimento que abarque novas áreas do planeta, mas que abre de forma tempestuosa grandes interrogações sobre o lugar futuro que as diversas nações europeias terão nesse processo;
- O surgimento da Ásia (Japão, China, Índia) como força motora da reconstrução dos equilíbrios económicos e geopolíticos a nível mundial, surgimento que tem três consequências de vulto para as nações europeias:
 - Os efeitos muito desestabilizadores que a emergência da Ásia, numa posição de colaboração e/ou coexistência com o Ocidente, tem para o dispositivo geopolítico da URSS, com as consequentes respostas que esta vai procurar — entre outros lugares —, na Europa.
 - A desvalorização relativa de patrimónios de relacionamento internacional, pacientemente construídos por nações europeias noutras partes do Mundo, acompanhada duma competição para estruturar novas relações com a Ásia.

- A importância decisiva que para a Europa passa a assumir uma ligação mais forte com a reserva de desenvolvimento e afirmação nacional existente na América do Sul (nomeadamente Brasil) como meio de valorização do Atlântico face ao Pacífico. Mesmo que isso obrigue à revisão dolorosa de algumas políticas proteccionistas europeias (ex.: agroalimentar, têxtil, etc.).

5. As nações como locais privilegiados do exercício da solidariedade e da procura colectiva de afirmação em período de grandes convulsões vão ser revalorizadas. É da simultânea procura de afirmação individual por parte das nações europeias e da manutenção dum clima de cooperação entre os Estados que as defendem que pode resultar a travagem do declínio da Europa. O resultado desta tensão pode vir a ser a definição de novos alinhamentos no seio do sistema europeu e uma reformulação de tarefas no interior da vital aliança com EUA.

B — A ESPANHA, O SISTEMA EUROPEU E PORTUGAL

1. A reentrada activa da Espanha no sistema europeu, materializada na sua adesão à CEE e na sua integração na estrutura política da Aliança Atlântica, é um facto de fundamental importância para permitir a flexibilidade e a redução de rigidez no seio do sistema europeu, em fase de realinhamentos nacionais. Mas constitui um temível desafio para Portugal.

2. A «insularidade» radical face a uma Espanha isolacionista não integrada nem na EFTA nem na CEE, e ausente da NATO, constituiu um dispositivo coerente mas datado, de defesa da autonomia nacional, no quadro da enorme desproporcionalidade de recursos entre os dois Estados da Península. Esse dispositivo entrou em crise bem antes das recentes adesões da Espanha à CEE e à NATO (ex.: adesão da Grã-Bretanha à CEE).

3. A reentrada activa da Espanha num sistema europeu em reformulação, realiza-se ao mesmo tempo que se assiste a uma maior reivindicação de autonomia por parte das nacionalidades que constituem a Espanha. O resultado desta coincidência será inevitavelmente uma necessidade imperiosa de afirmação externa do Estado espanhol como que procurando unificar, numa imagem projectada do exterior, aquilo que a realidade interna teima em fragmentar.

4. A procura de afirmação da Espanha no seio do sistema europeu pode levar a um conjunto de actuações por parte do país vizinho que — mesmo quando não planeadas — se venham a traduzir numa lenta desqualificação internacional de Portugal. Pode parecer estranho como é que um Estado pertencente ao mesmo sistema de alianças dum outro e privado das quatro «armas» atrás referidas pode desqualificar outro. Para dissipar tal estranheza, basta evocar cinco eixos de actuação:

- Apropriação gradual do património geoestratégico do outro estado, mediante um esforço invulgar de modernização das forças armadas e uma recusa de integração na estrutura militar da aliança;
- Enfraquecimento e corrosão progressiva do património de relacionamento internacional potencial do outro país, tentando subalternizar os laços culturais e históricos de Portugal com várias zonas do Mundo, e assumir por inteiro, ou com exclusão de Portugal, o processo de relacionamento dessas zonas com o sistema europeu (ex.: América Latina);
- Integração progressiva do aparelho produtivo de Portugal num sistema mais vasto peninsular, centrado na transformação da Espanha numa grande plataforma *manufactureira* nas estratégias europeias e regionais das firmas multinacionais e redução das enormes potencialidades portuguesas na área dos serviços à função de apoio a essa plataforma;
- Invasão das zonas fundamentais do património geográfico susceptível de valorização económica — nomeadamente no caso português a Zona Económica Exclusiva;
- E, por último, o enfraquecimento dos laços que unem diversas regiões do País à sua capital — Lisboa (local potencialmente privilegiado da conquista de uma autonomia de relacionamento económico externo para Portugal) — e a sua progressiva ligação directa à Europa através de Espanha.

5. A adesão de Portugal à CEE e a firmeza da sua presença na NATO são condições imprescindíveis de enquadramento de qualquer esforço de neutralização destes riscos, por duas razões fundamentais:

- Constituem essas entidades quadros de relacionamento multilateral, onde existem nações interessadas em que os respectivos Estados

actuem no sentido de circunscrever as ambições excessivas de Espanha no campo geoestratégico, geopolítico e económico;

- A pertença a essas organizações valoriza, do ponto de vista geoestratégico e económico, Portugal, e pode-lhe permitir nessa base diversificar relações fora do sistema europeu que permitam fortalecer a sua posição no seio deste.

C—A DEFESA DE PORTUGAL COMO NAÇÃO, NO CONTEXTO DO SISTEMA EUROPEU

Neste âmbito tem dois níveis distintos:

1. Defender e valorizar patrimónios-chave da Nação, destacando-se entre eles:

- O património geoestratégico — o que supõe uma relação de aliança com uma potência capaz de apreciar o valor geoestratégico de *todas* as parcelas do território nacional; um esforço determinado de reequipamento das Forças Armadas para assegurar um núcleo vital de funções estratégicas que, convergindo com os desígnios globais do aliado, dissuadam o país vizinho de tentar uma ocupação institucional e/ou de facto do espaço estratégico nacional; e a procura de relações complementares com Estados do sistema europeu que reforcem o poder contratual de Portugal face a esse aliado chave — os EUA;
- O património linguístico, cultural e de relacionamento histórico, especialmente no que ele tem de potencialidades de aproximação à América do Sul e à Ásia. A estruturação de relações com o Brasil é, neste contexto, fundamental quer para a afirmação face à Espanha, quer para melhorar a posição portuguesa na relação com os EUA. Por sua vez, a aproximação à Ásia é uma chave para fortalecer a posição de Portugal no sistema europeu;
- A defesa das condições de influência em áreas geopolíticas de decisiva importância para a Europa e para a sua segurança — África Austral e África do Norte — explorando a totalidade dos recursos potencialmente disponíveis para a presença portuguesa;

- O património geoeconómico potencial que permite, a partir da situação geográfica do País e do seu nível de desenvolvimento económico e cultural, inserir Portugal em fluxos de circulação mundial de mercadorias, pessoas e informação, que não só tenham fortes perspectivas de crescimento como possam permitir maior autonomia face ao aparelho produtivo de Espanha (serviços financeiros, telecomunicações, transporte marítimo contentorizado, redes de televisão, etc.);
- A valorização do património de recursos naturais do País, com especial destaque para a exploração do mar e para o desenvolvimento dos sectores de ponta que o permitem (biotecnologias, robótica e engenharia oceânica).

A função central do Estado é precisamente a defesa dos patrimónios chave da Nação.

2. Tornar a sociedade portuguesa numa sociedade fértil.

- Por sociedade fértil, entende-se uma sociedade aberta aos estímulos exteriores, que produz um número elevado de artistas, cientistas e empresários, capazes de produzir cultura, informação e mercadorias competitivas internacionalmente, apoiando-se na exploração intensiva dos patrimónios chave, cuja defesa o Estado tem de organizar.
- No sistema europeu, pelos próprios limites à actuação dos Estados, a posição relativa das nações depende muito da fertilidade das respectivas sociedades.
- A sociedade fértil tem como base a existência de instituições autónomas, procurando atingir objectivos de engrandecimento próprio, mas articuladas entre si num sistema capaz de gerir essas autonomias de forma não autodestrutiva, mas sinérgica. De entre as instituições duma sociedade fértil destacam-se:
 - As universidades, inseridas em redes mundiais do conhecimento científico e técnico, funcionando como fermento de actualização em todo o sistema de ensino nacional e desenvolvendo laços com as actividades económicas;
 - Os grupos empresariais, capazes de atingir uma dimensão que torne possível a sua actuação própria a nível internacional e uma diversificação de sectores de implantação; o que significa necessaria-

mente uma grande dimensão em termos nacionais, justificada e legitimada pela sua capacidade de sobrevivência na competição internacional;

- As instituições dum sistema financeiro diversificado, que permitam segregar internamente e captar no estrangeiro a massa crítica de capital de risco, que crie as condições da renovação do aparelho produtivo sem pôr em risco a própria estabilidade daquele sistema;
- As grandes fundações privadas que fomentem a criatividade artística, intelectual e científica, e constituam outra das vertentes fundamentais da legitimação social da riqueza.

Uma sociedade fértil é uma sociedade democrática, com um Estado suficientemente forte para defender a Nação.

De entre as *tarefas periféricas* do Estado incluímos as de contribuir para o fortalecimento das instituições referidas, o estabelecimento de relações entre elas e o reforço do seu poder contratual, face às congéneres estrangeiras.

D — VALORES E CAPACIDADES NACIONAIS — CONDIÇÕES PARA A DEFESA NACIONAL

A dimensão dos desafios e a interligação das respostas necessárias exige uma clara consciência de traços da Nação portuguesa — o que fomos e o que somos — que nos devem transmitir a serenidade necessária para fazer frente a esses desafios. Entre outros, destacamos os seguintes:

- Portugal: uma Nação e um aliado leal. Capaz de lutar pela sua sobrevivência em situações de enorme desproporção de forças e com uma precoce compreensão da importância das alianças e do relacionamento externo para a sua afirmação.
- Portugal: uma Nação que estiola no isolamento. Cujos momentos maiores coincidiram com um intenso relacionamento com outras civilizações, traduzindo uma grande capacidade de fazer circular a informação entre elas.
- Portugal: uma Nação aberta às inovações, desejosa de se medir com as outras na exploração do que é moderno. Disponível para aprender com o que é estrangeiro e capaz de o transformar no que é nacional.

- Portugal: uma Nação marcada por um profundo individualismo dos seus membros, e, simultaneamente, por uma aspiração nunca apagada a realizações colectivas que a engrandecem perante o Mundo.
- Portugal: uma Nação com uma grande reserva de gente com ambição, com espírito de sacrifício e determinação individual de vencer, coexistindo com outras matrizes socioculturais que produzem, periodicamente, um medo violento do risco e da diferença e encontram no pessimismo a ideologia que oculta esse medo.

27 de Outubro de 1985.

José Manuel Félix Ribeiro